



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 26 DE SETEMBRO DE 2014

----- No dia vinte e seis do mês de setembro do ano de dois mil e catorze reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pelo presidente Jorge Magalhães e secretariada por Maria Lurdes de Castro e Mário Sérgio Cunha com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- 1 - Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----

----- 2- Fixação das taxas nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis; -----

----- 3- Fixação da taxa de participação variável no IRS do Município de Lousada; -----

----- 4- Segunda revisão ao orçamento da despesa e segunda revisão ao Plano Plurianual de Investimentos; -----

----- 5- Abertura do procedimento concursal – Dirigente Intermédio de 2º Grau – Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística; -----

----- 6- Autorização para assunção de compromissos plurianuais - Prestação de serviços da manutenção e equipamento – AVAC – Edifícios Municipais;

----- 7- Autorização para assunção de compromissos plurianuais – Caminhos do Românico; -----

----- 8- Autorização para assunção de compromissos plurianuais – Fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º ciclo; -----

----- 9- Autorização para assunção de compromissos plurianuais – atividades de enriquecimento curricular; -----

----- 10- Autorização para assunção de compromissos plurianuais – Recuperação e restauro da Capela do Senhor do Padrão – Barrosas Santo Estevão; -----

----- 11- Autorização para assunção de compromissos plurianuais – Prestação de serviços de auditoria externa e certificação de contas; -----

----- 12- Segunda revisão ao orçamento da receita e terceira ao orçamento da despesa; -----

----- 13- Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para:-----

----- a) Comissão de Acompanhamento dos Aterros de Lustosa; -----

----- b) Comissão de acompanhamento das Geminações; -----

----- c) Comissão de Acompanhamento da Habitação Social. -----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma horas e trinta minutos tendo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

respondido à chamada: Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição de António Carlos da Cunha Pacheco, Joaquim Almeida Santos, Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Maria de Lurdes Oliveira e Castro, Ricardo Jorge Oliveira em substituição de Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, Fátima Marisa da Silva Pereira, João Carlos Pinto Correia, João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Sónia Cristina Lourenço Ribeiro, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, Cidália de Lurdes Pereira Neto, Sandra Maria Ferreira Teixeira em substituição de Diana Júlia Regadas, António Filipe Cardoso Barbosa, José Bernardino Pinto Nogueira, Virginia Luzia dos Santos Monteiro em substituição de José Manuel Gonçalves, António Esteves, Ana Sofia Martins Bessa, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Adão António Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei, Armando Jorge Mota Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Alberto Carlos Bessa de Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira, José Martins Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, Adrião Paulo Mendes presidente da Junta de freguesia de Sousela, Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita Pinto, presidente da Junta de Freguesia de Torno, António Fernando Morais da Silva, presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém, Eduardo António Sousa e Castro Taveira, presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida), Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem, João Fernando Pinto Magalhães em representação de António Maximiano Dias Nunes Teixeira, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão), Marina Daniela da Mota Santos em representação de José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais e Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga e Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães, num total de trinta e quatro membros. Estiveram também presentes o senhor presidente da Câmara Pedro Machado e os senhores vereadores Leonel Vieira, Manuel António Nunes, Agostinho Gaspar Ribeiro, Cristina Moreira, Maria Cândida Novais e António Augusto Silva. -----

----- O Presidente da Mesa declarou aberta a sessão -----

----- PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- O presidente da Mesa começou por informar a Assembleia que Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto substitui o membro António Carlos da Cunha Pacheco que comunicou uma ausência por trinta dias. Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira substitui o membro Cristóvão Simão Oliveira de Ribeiro que comunicou uma ausência por trinta dias, Sandra Maria Ferreira Teixeira substitui o membro Diana Júlia Regadas, que comunicou uma ausência por quinze dias, Virginia Luzia dos Santos Monteiro substitui o membro José Manuel Teixeira Gonçalves que comunicou uma ausência por trinta dias, Marina Daniela da Mota Santos em representação de José Oliveira Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais e João Fernando Pinto Magalhães em representação de António Maximiano Dias Nunes Teixeira, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas.-----

----- De seguida foi posta à discussão a ata da sessão ordinária de vinte e sete de junho de dois mil e catorze. -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se à votação da ata da sessão de vinte e sete de junho de dois mil e catorze, que foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos -----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e seis minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo. -----

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----

----- Intervenção da Sr^a Cidália Neto do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia e restante Mesa, excelentíssimo senhor presidente de Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, público aqui presente. Esta minha intervenção destina-se a fazer eco de uma preocupação dos encarregados de educação do primeiro ciclo, relativamente às atividades extra curriculares. O senhor presidente é muito vago, diz apenas que irão avançar em breve. Os pais querem saber quando, para poderem organizar, como é óbvio, as suas vidas. E também pedem esclarecimentos acerca do prolongamento de horário, em que moldes tudo isto se vai processar.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Socialista: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, excelentíssimo senhor presidente de Câmara e restantes vereadores, caros e caras deputados, público e comunicação social. Ao longo do último mandato, muito foi dito nesta Assembleia Municipal sobre a situação financeira do nosso município. As dúvidas da anterior e atual oposição surgiam sempre através de uma interpretação conveniente e pouco condizente com os factos. Falou-se numa “pré bancarrota”, numa “dívida” elevadíssima que mais não daria, para que o executivo que viria a ser eleito para o atual mandato, pagar salários. A isto somavam-se outras tentativas de condicionar a opinião pública com fins obviamente eleitorais. Felizmente, dia após dia, ano após ano, os dados financeiros, seja de entidades independentes como a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas ou o próprio Revisor Oficial de Contas, seja entidades governamentais como o Ministério das Finanças ou a Direção Geral das Autarquias Locais demonstravam o contrário daquilo que a coligação “Lousada Viva” referia e por outro lado, confirmava a posição do partido socialista de Lousada. Ainda assim, mesmo contra todos estes factos, o ano de dois mil e treze serviu também para surgirem alguns argumentos de que o despesismo e descontrolo orçamental iria suceder-se na Câmara Municipal de Lousada, dado ser um ano de eleições. Pois bem, hoje temos dados isentos que comprovam mais uma vez e repetidamente o que sempre dissemos e sem dúvidas. O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, publicado pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, relativo ao ano de dois mil e treze, vem novamente comprovar a veracidade do que era transmitido pelo executivo do partido socialista, nomeadamente por parte do atual presidente da Câmara Municipal de Lousada, Dr. Pedro Machado. No tão afamado ano eleitoral, Lousada conseguiu não só continuar o rumo das boas contas, como também, imaginem só, entrou para o TOP 25 do ranking global dos Municípios, em vigésimo quarto lugar dos municípios com melhor eficiência financeira. Apesar do atual Anuário Financeiro ter sido reformulado, dando este ano particular ênfase aos municípios em dificuldades e que recorreram ao PAEL, situação onde o nosso município, obviamente, não se encontra, conseguimos também ser o trigésimo nono município com maiores resultados económicos acumulados num universo de trezentos e oito municípios. No que se refere ao setor empresarial local, constatamos os resultados positivos da Lousada Séc. XXI e da Ambisousa. O Anuário indica-nos também que não existe qualquer referência financeira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

negativa ao município de Lousada. Mas não é só no Anuário que encontramos informação relevante. Sabemos também que Lousada detém uma das menores percentagens nacionais no que se refere aos contratos por ajuste direto, promovendo a clareza a este nível. O grau de endividamento da nossa autarquia cifra-se nos sessenta e quatro virgula oito por cento, enquanto a média nacional está nos noventa e cinco virgula sete por cento.

A dívida total por habitante em Lousada é de trezentos e trinta e quatro euros, enquanto a média dos municípios comparáveis é de quinhentos e vinte e oito euros e a média nacional ascende ao dobro de Lousada, reportando-se em seiscentos e sessenta e sete euros e sessenta cêntimos.

Muitos mais dados positivos existiam para elencar, tal como o prazo médio de pagamentos a fornecedores, feito a vinte e nove dias, enquanto a média nacional é de cento e trinta dias e a média dos municípios comparáveis é oito vezes superior a Lousada. Apesar de todos estes resultados positivos, é necessário congratular o atual executivo pelo esforço na contenção de despesa que tem vindo a fazer, de forma a conseguir dar uma notável resposta social às recorrentes necessidades dos mais necessitados, nunca prescindindo de efetuar investimentos em áreas fundamentais como a Educação. Este balanço entre contas saudáveis e investimento não é facilmente encontrado no nosso país. Exige muita responsabilidade e ponderação sobre o equilíbrio entre receita e despesa, equilíbrio esse que não é compatível com qualquer medida repentina e puramente populista.

Apesar de tudo isto, temos atualmente um país que, através dos responsáveis governamentais, pune recorrentemente os bons gestores autárquicos e pior ainda, as suas populações. É arrasadora a tendência perfeitamente irracional que o Estado tem vindo a demonstrar no sentido de penalizar com cortes e mais cortes, as autarquias (Câmaras e Juntas) que sempre foram ponderadas nos seus investimentos. O fundo de apoio municipal, tão elogiado que foi na última Assembleia Municipal por parte da oposição, é a última estratégia para controlar as contas municipais no limite da sustentabilidade. O caminho que este governo tem vindo a percorrer no ataque ao poder local, e aqui influencia qualquer autarquia de qualquer partido político, é perfeitamente surreal e deveria merecer o nosso repúdio unânime. Não é comportável uma autarquia com anos e anos de provas dadas no uso do dinheiro público, ter que substituir cada vez mais o Estado nas suas exclusivas funções. Vemos isso acontecer de uma forma alarmante nas principais áreas de um país que se quer desenvolvido e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

vanguardista, a educação, ação social e saúde. Assim é incomportável e qualquer que seja o governo que venhamos a ter no futuro, tem que de uma vez por todas valorizar o esforço dos autarcas deste país. Os presidentes de Junta e os presidentes de Câmara que, com os seus executivos, fazem muito com pouco, que estão junto das comunidades e que são a primeira linha de combate às tremendas necessidades dos nossos cidadãos têm que ser ouvidos. Neste caso, mais do que um elogio económico à Câmara Municipal de Lousada, convém elogiarmos a globalidade dos autarcas lousadenses que têm tido uma prestação incansável junto das populações.»

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Começando a responder à Dr.^a Cidália. Houve um percalço com a contratação nas AEC's, tivemos que anular o procedimento, foram entregues duas propostas e ambas tiveram de ser excluídas. Foi aberto um concurso com carácter de urgência, com prazos muito curtos, eu diria que nas próximas duas semanas já teremos novidades, para se poder anunciar uma data, para se começar. Eu próprio desejaria e dei indicações para que fosse tratado todo este processo atempadamente para que fosse coincidente com o arranque do ano escolar, mas infelizmente, como sabe, nós temos que aguardar o início do ano escolar, porque entretanto, julgo eu desde o ano passado com as novas regras, o ministério pode ter possibilidades de preencher algumas vagas de professores de atividades de enriquecimento curricular com professores disponíveis nos diversos agrupamentos. E por isso só depois do arranque do ano escolar, só depois do ministério nos dizer se de facto tem alguns professores disponíveis para esse efeito, é que nós podemos arrancar com o processo, foi isso que fizemos, e por isso estamos cientes das dificuldades que o atraso das atividades de enriquecimento curricular causa aos pais. Muitos dos quais não têm condições para ir buscar os seus filhos mais cedo do que o desejável, por força das suas atividades profissionais, e por isso estamos a trabalhar no sentido de resolver rapidamente isso. Quanto à questão do prolongamento está também associado às atividades de enriquecimento curricular, no que respeita ao primeiro ciclo. Há algumas situações, como por exemplo, antes de começar as aulas, nós temos colaborado com a comunidade escolar e tem havido entendimento entre as associações de pais, e tem-se resolvido a situação. Ainda há dias uma escola falava nessa possibilidade, nós temos facilitado e auxiliado os pais nesse sentido. Depois relativamente à questão do Anuário Financeiro. É evidente que para nós é sempre muito gratificante de ano a ano vermos um documento com esta importância, com esta notoriedade e independência a atestar aquilo que nós vimos dizendo repetidamente, no sentido de que esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Câmara se orgulha de ter uma gestão responsável e de ter indicadores económico financeiros verdadeiramente invejáveis. Mas não podemos embandeirar em arco e não podemos pensar que isto é fácil porque isto não é fácil. Cada vez é mais difícil, quando falarmos mais à frente de IMI de IRS vou dar-vos nota de alguns valores que são verdadeiramente assustadores. Os cortes que o Estado tem feito às Câmaras municipais, não foi seguramente só a nós Lousada, a todas as Câmaras Municipais e às próprias Juntas de Freguesia é verdadeiramente assustador e por isso exige da nossa parte um esforço cada vez maior de termos uma gestão cada vez mais eficiente dando prioridade aquilo que é prioritário deixando de lado aquilo que é menos prioritário porque de facto já lá vão os anos de desafogo. Mas apesar de tudo nós temos conseguido esses bons resultados do ponto de vista financeiro o que para nós é muito positivo e muito reconfortante. E por isso esse estado que o Nelson referiu todos sabem que é verdade e consta desses documentos no que consta à dívida no que respeita ao prazo médio de pagamento, temos vindo cada vez mais a encurtar, no ano passado, situava nos vinte e nove dias. Mas também as dificuldades são cada vez maiores porque para além dos cortes que referenciei, há agora esta novidade que aqui foi falada e que o Nelson deu nota do Fundo de Apoio Municipal, que vai exigir também um esforço adicional deste município. Uma lógica completamente obtusa, irracional e injusta, conforme disse também na última reunião, mas enfim, são as regras que nos estão impostas. Há aqui uma realidade também assustadora, que é a necessidade de nós darmos apoio aos mais desfavorecidos, que infelizmente são cada vez mais, há uma desresponsabilização do Estado das suas funções sociais, há muitas famílias como sabem, que se não fosse a ajuda das IPSS, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia não teriam acesso a alguns bens essenciais, a medicamentos, a despesa por exemplo com as farmácias está a crescer de uma forma tremenda, e não fosse essa ajuda, muitos dos nossos concidadãos, deixariam de tomar a sua medicação porque infelizmente, não têm recursos para o efeito. E por isso em resumo, por um lado sinto-me orgulhoso de algum modo e descansado pelos indicadores, mas preocupado quanto ao futuro porque como devem imaginar esta gestão é cada vez mais exigente.» -----

----- De seguida foi apresentada a proposta número treze do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada e os Grupos Municipais propõem um voto de pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento da mãe do senhor João Amadeu Mesquita Batista Ferro, membro desta Assembleia” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Não havendo intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, a proposta número treze foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos.-----

----- A proposta número catorze do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada e os Grupos Municipais propõem um voto de pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento do pai do senhor António Augusto dos Reis Silva, vereador da Câmara Municipal de Lousada” -----

----- Não havendo intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, a proposta número catorze foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos.-----

----- A proposta número quinze do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada e os Grupos Municipais propõem um voto de Louvor a atleta Sara Catarina Ribeiro, pela conquista da medalha de bronze, na prova de 5000 metros femininos dos jogos Ibero Americanos, realizados em São Paulo”.-----

----- Não havendo intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, a proposta número quinze foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos.-----

----- A proposta número dezasseis do seguinte teor “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada e os Grupos Municipais propõem um voto de louvor aos atletas da equipa AAMDCVS Lousacorpú s pelos títulos conquistados no Campeonato Europeu Dragon Tiger kung Fu Cup 2014, assim, Ricardo Fonseca, Campeão Europeu: Combates Sanda (Cadetes – 60 Kg); Formas Punhos (Sénior, Open avançados); Formas Armas Curtas (Sénior, Choy Lee Fut Avançados); Formas Armas Longas (Sénior, Choy Lee Fut, Avançados); Vice-Campeão Europeu: Formas Punhos (Sénior, Choy Lee Fut Avançados) e Formas Armas Longas (Sénior, Open Avançados) Jorge Fonseca, Campeão Europeu: Formas Punhos (Sub 15, Choy Lee Fut); Formas Armas (Sub 15, Choy Lee Fut) e Vice-Campeão Europeu: Formas Punhos (Sub 15, Open) ” -----

----- Não havendo intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, a proposta número dezasseis foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos.-----

----- A proposta número dezassete do seguinte teor “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada e os Grupos Municipais propõem um voto de louvor à equipa de Boccia do Lousada Séc. XXI, pela conquista do 3º Lugar, por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

equipas, no Campeonato da Taça de Portugal” -----
----- Não havendo intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, a proposta número dezassete foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos.-----

----- A proposta número dezoito do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada e os Grupos Municipais propõem um voto de louvor ao atleta do Movimento Sénior de Cristelos, Salvador Teixeira pela conquista do título de Vice-Campeão Nacional da Taça de Portugal, época de 2013/2014, de Boccia Sénior.” -----

----- Não havendo intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, a proposta número dezoito foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. -----

----- A proposta número dezanove do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada e os Grupos Municipais propõem um voto de louvor ao Clube de Ténis de Mesa de Lousada, por se ter sagrado Campeão da 2ª Divisão de Ténis de Mesa do Porto” -----

----- Não havendo intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, a proposta número dezanove foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. -----

----- A proposta número vinte do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada e os Grupos Municipais propõem um voto de louvor ao atleta António Mesquita, pela conquista do título de Campeão Nacional de Duetlo Cross conquistado no 1º campeonato realizado em Penamacor ” -

----- Não havendo intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, a proposta número vinte foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. -----

----- A proposta número vinte e um do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada e os Grupos Municipais propõem um voto de louvor aos atletas da Academia Daitoshin – Cristelos Lousada, na competição que decorreu no Pavilhão Municipal de Lousada, denominado 2º Open Internacional West Coast Challenge – Kyokushin Karaté, abaixo indicados: Categoria 8/10 anos: André Monteiro (1º Lugar); categoria 12/14 anos: Sérgio Pinto (1º Lugar) e Francisco Ferreira (2º Lugar); Categoria 17 anos: Daniel Ribeiro (3º Lugar); Iniciados 60/70Kg: Carlos Coelho (2º lugar) e Vitor Araújo (3º Lugar); Iniciados 80/90Kg: Bruno Barros (2º Lugar) e Jorge Bessa (3º Lugar); Masters 60/70 Kg: Hugo Rocha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

(1º Lugar); Masters 70/80 Kg: Eugénio Teixeira (3º lugar) e Masters 90+Kg: Paulo Barros (2º Lugar + Taça de melhor lutador do torneiro) e Femininos 14/16 anos: Joana Martins (1º Lugar) ” -----
----- Não havendo intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, a proposta número vinte e um foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: 1 - Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município -----

----- Intervenção da Srª Cidália Neto do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Gostaria nesta minha intervenção de louvar muitas iniciativas por parte da sociedade civil para melhorar a qualidade de vida dos lousadenses, especialmente numa altura em que se fazem sentir mais as dificuldades. É também através de iniciativas civis solidárias e de âmbito social que se processa o desenvolvimento da sociedade. Em Lousada, felizmente, temos muitos exemplos, o que mostra a massa humana, empreendedora e capaz. Entendo também que a Câmara, sempre que possível, deve apoiar estas iniciativas e estabelecer-se, sempre que possível, como parceira. No entanto fica-lhe mal, enquanto nobre instituição, apropriar-se das iniciativas da sociedade civil para vaidosamente proclamar obra feita. Mas infelizmente em Lousada é o que tem acontecido. Poderia enumerar aqui várias situações, mas basta ler a intervenção do senhor presidente para se perceber como, com habilidade, se tenta misturar as iniciativas da Câmara com as da sociedade civil, e assim, criar a ilusão de que esta Câmara é prodigiosa. Veja-se a referência à meritória Associação Lousadense dos Deficientes, Seus Amigos e Familiares, e à Lousavidas. E se deixarmos esta vertente mais solidária e analisarmos outros eventos esta situação repete-se, em grande parte dos eventos com a chancela da Câmara, esta limita-se à sua divulgação e em alguns casos à cedência de espaço, os outros tratam do resto. Foi assim por exemplo com o Festival da Juventude, é assim por exemplo com as Comédias de Outono, e muitos outros. Aliás sobre este último evento o preço do espetáculo mostra claramente quem o paga. E quem recebe os louros nisto tudo, a Câmara. E assim, julgo que é fácil dizer que faz obra e até é bom que se faça, mas o seu a seu dono.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo presidente da Assembleia e restantes membros, excelentíssimo senhor presidente da Câmara, excelentíssimos vereadores, caros membros desta Assembleia. Uma pergunta muito simples no seguimento da pergunta que a Cidália já tinha formulado e da resposta que o senhor presidente acabou por fornecer à Assembleia e que se prende com as AEC’s. Sendo verdade tudo o que disse sobre os procedimentos que foram alterados pelo ministério da educação e que provocam alguns constrangimentos ao início das atividades logo no início das aulas. Eu gostava só de perceber o porquê da alteração de procedimentos. Abriu-se pela primeira vez em termos de concurso e não pela contratação direta de professores, sabendo que o concurso corre o risco de incorrer nestas questões de anular procedimentos, ter que reabrir com carácter de urgência. E sabendo que mesmo reabrindo com carácter de urgência nada impede que isto tudo volte a suceder. Eu gostava que me esclarecessem só duas pequenas coisas, o que é que aconteceu para que o concurso tivesse de ser cancelado e que agora tivesse de ser reaberto com carácter de urgência? E o porquê de alterarem os procedimentos este ano? Certamente que não teve a ver com a mudança de regras do ministério.» ---

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «É também uma interpelação ao senhor presidente da Câmara. Era para saber se o senhor presidente da Câmara realizou algumas diligências ou está a pensar realizar algumas diligências relativamente a duas questões, educação, a questão da colocação de professores. Como é que está a ser em Lousada? E a questão da justiça, tribunais. A Câmara sabe de alguma coisa, se tem realizado algumas diligências? Dada a trapalhada a que temos assistido.» -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Em Agosto, escrevi o seguinte artigo no jornal TVS, com o título “ A posição do costume”. E passo a ler: “ Os dirigentes da coligação “Lousada Viva” habituaram-nos, sempre que algo não corresse bem relacionado com o desporto automóvel na nossa terra a apontar o seu dedo acusador aos executivos do partido socialista da Câmara Municipal de Lousada, tentando “encostar-se” de forma oportunista e inusitada aos êxitos conquistados no passado pelo Clube Automóvel de Lousada, demonstrando, em minha opinião, uma clara falta de respeito por tão prestigiada instituição. Notava-se até que esta tentativa descarada de aproveitamento político começava a provocar alguma sensação de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

desconforto, de incómodo no seio dos apoiantes do referido desporto, nomeadamente dos dirigentes do CAL, que em colaboração com o presidente da Câmara e o vereador do desporto, envidavam todos os esforços para que a Pista da Costilha viesse a ser novamente palco de uma das classificativas do Rali de Portugal. O que viria a ser conseguido para dois mil e quinze, quando o Automóvel Clube de Portugal anunciou finalmente a mudança do rali para o Norte do país. Entretanto o governo através do ministério da economia, anunciou no dia vinte e quatro de julho, que o Turismo de Portugal não vai apoiar financeiramente o Rali de Portugal em dois mil e quinze. Decisão lamentável e considerada pelo presidente do ACP como um “insulto ao povo do Norte”, classificando por este motivo o ministério da economia de incompetente. E agora senhores dirigentes da coligação “Lousada Viva” qual vai ser a vossa posição? (perguntava eu) Vão exigir ao governo PSD-CDS que revogue a sua decisão? Ou será que a posição dos dirigentes da coligação irá ser a do costume, apoiar o governo incondicionalmente mesmo quando as decisões sejam contrárias aos interesses de Lousada”. (fim do artigo que escrevi na altura, em agosto). Minhas senhoras e meus senhores, esta posição “do costume”, tem sido bem evidente em diversas ocasiões, nomeadamente na altura da discussão sobre a célebre lei da extinção das freguesias, entre outras coisas. Também já aqui vimos que relativamente aos impostos, os senhores dirigentes da coligação “Lousada Viva” têm assumido uma posição muito *sui generis* sempre que o executivo da Câmara Municipal de Lousada, alicerçado numa medida inserida no programa do partido socialista aquando das últimas eleições autárquicas, que ganhou, com uma preocupação evidente de caráter social, vem baixando gradualmente a taxa de IMI, até chegar ao mínimo de zero virgula três por cento no final do mandato, esses dirigentes reclamam, afirmando que e passo a citar “em tempos de dificuldades para muitas famílias lousadenses, entendemos que o município deveria ser mais solidário, mais amigo das famílias”. Mas quando o governo dos seus partidos, seguindo uma política contrária ao que tinham prometido durante a campanha eleitoral, subiu brutalmente os impostos, ao mesmo tempo que fizeram cortes brutais nos salários, nas pensões de reforma e cortes substanciais às Câmaras, aos mesmos dirigentes nem sequer uma pequena objeção, uma simples palavra se ouviu. Pois como diz o povo “quem cala consente” mas em política quem cala das duas uma, ou está totalmente de acordo com as decisões tomadas, ou não está de acordo mas não tem coragem para tomar publicamente a posição de contestação. Qualquer uma destas posições quando estão em causa decisões contrárias aos interesses de Lousada, não concede crédito a quem teve e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

mantém pretensões a liderar os destinos do concelho. Felizmente para Lousada, o seu presidente da Câmara, o senhor Dr. Pedro Machado não ficou quieto, não se calou. Assumindo a liderança de todos os municípios do Norte por onde passa o Rali de Portugal, não descansou enquanto não viu oficializada a decisão tão ambicionada por Lousada e toda a região e essa decisão chegou no dia doze de setembro, com o anúncio da FIA que confirmou o Rali de Portugal no calendário WRC dois mil e quinze. A prova vai realizar-se entre os dias vinte e um e vinte e quatro de maio de dois mil e quinze, no Norte de Portugal e consequentemente também em Lousada. Senhor presidente da Câmara Municipal de Lousada, senhor Dr. Pedro Machado, o grupo municipal do partido socialista não poderia deixar de relevar aqui e agradecer, tenho a certeza que os lousadenses o acompanham, o empenho e firmeza que pôs na luta por tão justa causa do povo de Lousada e do Norte. E que acabou coroada com a vitória dessas populações, contra o poder centralista, marca evidente deste governo PSD-CDS que os dirigentes da coligação “Lousada Viva” não têm a coragem de confrontar. Lousada ganhou, o Norte ganhou, parabéns senhor presidente.»

Resposta do Senhor presidente da Câmara: «Começando pela intervenção da Dr.^a Cidália. Eu confesso que estava a ouvi-la atentamente e fiquei com uma clara convicção, é que dá-me a sensação clara que leu a minha intervenção escrita e foi à procura de algo para dizer mal, basicamente. E é pena que assim seja. Se calhar ficaria mais contente que não constasse aí atividades nenhuma no concelho. Ficaria mais contente que não se fizesse, nem se passasse nada em Lousada mas felizmente em Lousada há vida. Ainda ontem numa tertúlia a propósito de futebol, ali no auditório, foi pena vocês não estarem lá e ouvirem o que é que pessoas aqui de concelhos vizinhos, que conhecem o país por aí fora, conhecem outros países por aí fora, e o que disseram aqui de Lousada. Agora, na minha intervenção eu não queria os louros para mim, nem queria os louros para a Câmara, o que interessa é que as coisas se façam. E eu pessoalmente até defendo que a Câmara, só deve liderar, só deve estar à frente se não houver outras soluções. Porque defendo que a sociedade civil deve ser implicada em todos os processos, em todas as dinâmicas culturais, desportivas, etc. A Câmara deve auxiliar e deve com certeza puxar, quando é necessário arrancar com as coisas, como foi por exemplo com o Festival da Juventude, não se fazia nada e passou-se a fazer porque a Câmara tomou essa iniciativa. Não havia por exemplo, futebol amador em Lousada, felizmente agora há e muito bem organizado, mas foi a Câmara também que tomou a iniciativa naquela altura, e depois quando sentiu que já tinha pernas para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

andar, entregou à sociedade civil, e bem, estão a fazer um trabalho excelente. E é assim que as coisas devem ser e é assim que eu defendo que sejam. E por isso sinceramente fiquei admiradíssimo com a sua intervenção, porque não foi esse o meu objetivo, e quem ler com boa-fé a minha intervenção não fica seguramente com essa convicção, fica é com outra convicção, de que de facto em Lousada há vida desportiva, há vida cultural, há uma dinâmica que a todos nos engrandece. E para lhe referir também, outras duas pertencas situações que a Câmara estará a apropriar-se indevidamente, a questão das duas associações de deficiência. Eu apenas me congratulo por esse facto, porque se havia uma área que estava descoberta no nosso concelho, com uma grande lacuna, era esta área da deficiência. E por acaso aqui não referencieei, mas poderia ter referenciado um equipamento fantástico que a curto prazo estará pronto. Está em fase de acabamentos que é o lar residencial e o centro de atividades ocupacionais promovido pela ACIP, na altura a Câmara cedeu terreno e fez um protocolo para os auxiliar naquela grande obra. Ainda há dias lá estive com empresários inclusivamente, que se querem associar ao processo e querem também participar, fazendo jus à sua responsabilidade social, com o senhor Padre e ficaram muito satisfeitos, admiradíssimos com aquele equipamento, que vai dar cobertura a uma franja da sociedade que merece de todos nós a maior atenção e o maior respeito. E por isso é importantíssimo este registo que fiz e voltaria a fazê-lo de aparecerem agora duas associações que pretendem trabalhar esta temática da deficiência. E só quem tem alguém próximo, na família ou amigo é que sabe a importância que estas respostas sociais têm. Quanto às Comédias de Outono. Não sei se sabe mas se não sabe fica a saber foi uma iniciativa do senhor vereador, do professor Luís Ângelo, o nosso responsável pela programação cultural. E seguramente que lançamos o repto à Jangada, uma vez que tem o *know how* em termos de organização, em termos de entradas de bilhetes. E é isso que faz sentido. Agora dizer que nós não temos mérito nenhum nisto, tudo bem, não me importo seguramente, o que me interessa é sentir que aqui em Lousada há de facto uma dinâmica muito forte conforme já o disse. Depois relativamente à intervenção do Dr. Filipe Barbosa. O que é que aconteceu para mudar o procedimento da contratação? Nos últimos anos temos sentido muitos entraves na contratação de professores porque as regras como sabe para a contratação de pessoal, são muito complicadas. Era necessário desde logo a autorização do secretário de estado, no ano passado estivemos para aí um mês ou dois a aguardar. Depois o próprio procedimento da contratação dos trabalhadores. E por isso a ideia principal foi ser um procedimento mais ágil, mais célere



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

através da prestação de serviços. Abrimos um concurso publico pensávamos que ia haver mais respostas, mais empresas interessadas, houve apenas duas e ambas acabaram por ser excluídas por questões formais de não entrega de documentos. Uma das preocupações nossas e que vamos corrigir agora, porque poderíamos, em vez de optar por um concurso público urgente, poderíamos fazer inclusivamente um ajuste direto a um dos dois que tivesse melhor proposta, agora numa segunda ronda. Mas alteramos uma cláusula do caderno de encargos porque acho que é fundamental, que tem que ver com o facto de ambos terem de garantir o mínimo de valor em termos de hora a pagar aos professores. Porque uma proposta tinha um determinado valor, outra tinha um valor inferior e por uma questão moral e mesmo de concorrência, fixamos um limite por cima. E agora vamos ver quem apresenta a melhor proposta mas estou convencido, porque os prazos são muito curtos, vamos ter essa situação resolvida. Depois relativamente ao João Correia. É evidente que esses dois temas nos preocupam bastante, Lousada está também com esse problema, algumas dezenas de professores que falta colocar, infelizmente é uma realidade a nível nacional. Portanto quer as escolas, quer a Câmara através do senhor vereador têm feito as diligências necessárias junto da tutela para que a situação se resolva o quanto antes, mas de facto é um cenário pouco abonatório. Relativamente aos tribunais, é do conhecimento público a posição que eu assumi com os colegas presidentes de Câmara no âmbito da CIM, manifestamos a nossa oposição quanto a esta reforma. Eu ainda hoje de tarde falava com uma juíza cá de Lousada, que me dava nota que apesar de tudo Lousada não ficou tão mal quanto outros, porque ficamos ainda com alguma competência especializada na área das execuções. O que vai trazer muito movimento aqui para o concelho, cerca de quarenta mil processos. E outros tribunais como por exemplo Felgueiras, Paços não têm esses tribunais essa competência especializada, ficam muito limitados. Apesar de tudo, embora eu não defenda esta solução, apesar de tudo, Lousada não foi tão prejudicada como outros concelhos. Aliás o caso de Resende que ficou com o tribunal fechado. Depois relativamente à intervenção do senhor Ferro sobre o Rali de Portugal. Eu volto a dizer aquilo que disse relativamente à intervenção da Dr.^a Cidália. Se o Rali viesse para o Norte e não viesse para Lousada a culpa era minha. Vindo para o Norte e vindo para Lousada eu não tenho mérito nenhum. Aliás achei piada a risos dos senhores vereadores, eu não quero louros nenhuns mas é público quem são os doze municípios que vão acolher o Rali de Portugal, alguns são do vosso partido, pergunte-lhes qual foi a minha intervenção no processo, e eles dir-lhe-ão. Eu estive em Lisboa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

aquando do anúncio do ACP de que o Rali de Portugal regressaria ao Norte, para além de Lousada esteve representado Amarante e Fafe, se a memória não me traiçoa mais nenhum município. Entretanto todos nós embandeiramos em arco, todos muito satisfeitos, até que o governo lança aquela notícia de que o Rali de Portugal deixaria de ter o apoio do Turismo de Portugal. Eu sinceramente fiquei incrédulo quando aquilo foi anunciado uma vez que, como sabem nos últimos sete anos, o governo através do Turismo de Portugal tinha apoiado o Rali quando ele se efetuou no Algarve. É público as minhas declarações quanto a essa matéria, é público o comunicado arrasador que o ACP fez. E estou cada vez mais convencido que de facto, se o Rali de Portugal não viesse para o Norte aquele apoio continuaria a existir. É evidente que quando essa notícia veio a público, eu fiquei muito preocupado encetei contactos e falei com os dirigentes do ACP que me disseram que a realização do Rali estava em risco, porque havia um défice de um milhão e meio de euros. O Instituto do Desporto e da Juventude tinha apoiado nos últimos anos com quinhentos mil, sendo certo que no último ano já tinha retirado esse apoio dos quinhentos mil. E o Turismo de Portugal com um milhão de euros, em cada ano. E por isso havia aqui um défice no mínimo de um milhão de euros que era preciso resolver, sob pena de não haver condições para se fazer o Rali de Portugal aqui no Norte. De imediato falei com a Comissão de Coordenação com a Entidade Regional de Turismo Porto e Norte e decidimos fazer uma reunião alargada com os doze presidentes de Câmara, fui eu que os convoquei a todos, falei com todos, articulei tudo, e fez-se uma primeira reunião e fez-se uma segunda reunião. E da segunda reunião saiu uma solução uma estratégia que eu hoje aqui não posso anunciar mas que a muito curto prazo será público. E o que eu vos posso garantir é que temos solução e portanto o Rali de Portugal vai mesmo acontecer no Norte e aqui em Lousada.» -----

----- SEGUNDO PONTO- Fixação das taxas nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis; -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Na verdade isto é um assunto que quase não é assunto e ponderei a possibilidade de não fazer nenhuma intervenção sobre isto. Poderia ter pegado na ata do ano anterior e reler os argumentos que já aqui foram esgrimidos porque seriam exatamente os mesmos, não houvesse nada de novo aqui a acrescentar. Claramente há aqui duas perspetivas, há aqui dois programas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

absolutamente distintos, há um programa da coligação que em campanha assumiu claramente que baixaria para os zero três, o partido socialista não o entendeu assim, teve outro programa, mantém-se coerente com esse programa, contra isso nada. A única coisa que é de salientar é que há aqui um dado novo, e que nós devemos referir, é que esta forma tática, diria até um bocadinho demagógica como o assunto está a ser gerido, de forma a baixar gradualmente e no ano da eleições chegar aos zero três que podíamos baixar agora, num município que goza de invejável saúde financeira. Foi o que aqui disseram, limito-me a citar ilustres deputados que aqui vieram dizê-lo. Por isso atendendo a tudo isso parece-nos que este era o momento para baixar o IMI, apoiando verdadeiramente as famílias, não chegar aqui e dizer que o governo ou a coligação são o diabo em figura, que esmaga as famílias com impostos. É verdade mas no momento em que a Câmara Municipal tem a possibilidade de ajudar verdadeiramente essas famílias, no momento em que as receitas de IMI aumentam e a previsão é que voltem a aumentar a Câmara faz uma baixa residual. Mas há outro dado novo que é preciso salientar que é a campanha quase que poderia dizer a propaganda muito bem engendrada que foi montada à volta deste assunto mostrando que a população de Lousada seria beneficiada para além daquilo que seria imaginável e esta campanha chegou mesmo a misturar IMI com IRS até o senhor Ferro se enganou aqui porque aquilo que saiu nos Jornais é que baixava não só o IMI como também o IRS. E quanto a isto há uma coisa que deve ser dita, estão de parabéns pela forma como foram capazes de passar uma mensagem para a opinião pública que não corresponde à verdade.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «O nosso amigo Filipe Barbosa até dá impressão que não esteve no mandato anterior aqui nesta Assembleia. Nós sempre dissemos que a Câmara estava em boas condições, e vocês o que diziam? Vá ver as atas, banca rota para cima banca rota para baixo e agora temos de baixar os impostos conforme as conveniências da oposição. Este executivo sem saber se iria ou não ganhar as eleições anteriores, fez o compromisso com os lousadenses no presente mandato a taxa do IMI será reduzida para zero virgula três por cento e irá cumpri-lo. Portanto não venham falar em estratégia política com fins eleitoralistas. Tenho é a certeza que não há ninguém nesta Assembleia que não gostasse de ver reduzida a taxa para zero, ponto três por cento e o Dr. Pedro Machado também gostava que fosse já como refere na declaração de voto mas diz mais é fundamental ter receitas para fazer face às dificuldades e as maiores dificuldades surgem da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

parte do governo, como seja nos sucessivos cortes nas transferências para os municípios e agora o famoso fundo de apoio municipal em que o governo obriga as Câmaras de boas contas, felizmente a nossa a ir em socorro dos municípios em dificuldades financeiras. E a irresponsabilidade de alguns foi tal que até tinham taxas de IMI de zero vírgula três por cento. O nosso município só recebe setenta vírgula trinta e oito por cento daquilo a que tem direito em receita de IMI e nem isso recebe há uma taxa que é paga julgo eu, quando andava por lá havia uma taxa que o governo cobrava pela cobrança da receita, isso parece que ainda é. Nem são os setenta vírgula trinta e oito por cento que recebe, e porquê, a percentagem dos prédios isentos de contribuição em dois mil e treze é de vinte e nove vírgula sessenta e dois por cento e este valor devia ser suportado pelo Estado, e porquê? São isenções temporárias artigo quadragésimo sétimo do Estatutos dos Benefícios Fiscais ou o valor patrimonial dos prédios de cento e sessenta milhões novecentos e sessenta mil euros que dá catorze vírgula três por cento e as isenções permanentes, aqui sim senhor Filipe Barbosa é para as pessoas mais necessitadas e cujo valor patrimonial dos prédios é de cento e setenta e dois milhões trezentos e quarenta mil euros ou seja quinze vírgula trinta e dois por cento. Portanto vamos votar favoravelmente esta proposta.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu acho que quando discutimos IMI aqui nesta Assembleia temos de pensar que somos todos inteligentes. Há uma questão que foi falada aqui pelo meu colega deputado Dr. Filipe que se prende com o eleitoralismo. Se houvesse eleitoralismo tinham acontecido duas coisas: a primeira era, em detrimento de sermos coerentes como referiu tínhamos baixado já para o zero ponto três e não o fizeram; e a segunda coisa que tinha acontecido era que tínhamos ido comprar a edição toda do Verdadeiro Olhar para distribuir pelos cafés do concelho, o que eu saiba também não aconteceu. Eleitoralismo não vejo que tenha acontecido. Esta questão do IMI e do eleitoralismo afeta muitas pessoas e afeta particularmente os lousadenses e portanto ficou aqui demonstrado como disse o senhor Santos, os lousadenses que de facto têm dificuldades têm isenções, isso já aqui foi dito. E como é óbvio a Câmara não pode abdicar de receita neste período histórico que Portugal vive, e não pode abdicar desta receita por causa das obrigações que tem de assumir, que correm do Estado, e por causa da solidariedade que tem de ter para com outros municípios, daí que eu ache, sinceramente e é a minha opinião, que a proposta de baixar para os zero ponto três, desde já, constitui-se como uma verdadeira tentativa de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

esbanjamento de recursos, que neste momento e tendo em conta aquilo que são as condições do país e da maioria dos concelhos, são necessários ao desenvolvimento de outras atividades por parte do município. E portanto considero que intelectualmente falando e de uma forma inteligente, baixar para o zero ponto três por cento a taxa de IMI neste momento seria desfavorável para o município e teria repercussões nas suas contas. Essas sim, depois vocês poderiam apelidar como desgoverno, e para além disso, aí então sim, poderiam ser apelidadas de verdadeiro eleitoralismo. Pelo contrário fomos coerentes, o povo de Lousada mais uma vez sai beneficiado. Podem dizer que é pouco mas se calhar temos uma situação invejável tendo em conta os outros municípios que são obrigados pelo recurso que fizeram a ter as taxas máximas de IMI. E portanto se calhar nós podemos não ter a situação mais invejável do mundo, mas muitos dos municípios portugueses e muitos concidadãos nossos gostariam de estar na situação dos lousadenses, de ter uma taxa de zero ponto trinta e cinco.» ----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Eu comecei por dizer que falar neste assunto é “chover no molhado” mas parece que não foi por aí. É claro que quando nós propusemos uma descida imediata para zero três tínhamos consciência dos custos que isso teria para o município e é claro que as custas teriam de ser retomadas noutro lado. Eu só gostava, quando nós falamos em sermos inteligentes, todos nós aqui somos inteligentes, eu nunca tratei com menos inteligência ou com uma ironia, que nem chega a ser ironia, é outra coisa qualquer que eu ainda não consegui perceber muito bem, eu não queria dizer isso, eu ia dizer que para além do sarcasmo é qualquer coisa que roça a falta de educação. Se quer utilizar a palavra sarcasmos pode utilizar. Para terminar eu não vou estar aqui a debater argumentos, os argumentos foram apresentados pelo executivo, que verdadeiramente não é necessário comprar edições do “Verdadeiro Olhar” como se fez em dois mil e nove, principalmente quando se tem uma revista municipal.» -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Batendo também no molhado, não compreendo as vossas posições. O governo sobe brutalmente os impostos, corta brutalmente nos ordenados, salários e pensões. Corta brutalmente às autarquias e vocês não dizem nada, não tomam posição nenhuma. A Câmara de Lousada baixa o IMI, promete baixar até ao fim deste mandato para zero virgula três por cento e vocês protestam. Protestam contra a baixa de impostos cá em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Lousada e batem palmas à subida brutal de impostos no país mas que política é esta? Não percebo.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Fica patente que não existem argumentos, além dos de “chover no molhado”, para justificar a baixa da taxa para os zero ponto três. Em primeiro lugar o senhor deputado não sabe qual é o valor do zero ponto três e a repercussão que isso teria nas contas da autarquia. Não o sabe, não o disse, se tivesse argumentos teria vindo aqui, se tivesse argumentos teria defendido na reunião da Câmara. E também não disse de onde é que vinham essas outras receitas para suprir zero ponto três da taxa de IMI. Não sei, fica a pairar no ar. Mas da mesma maneira que existe “chover no molhado” existe uma expressão que eu por acaso não gosto acho que é bastante discriminatória que é “bater no ceguinho”. Eu sempre que venho aqui sinto que estou a “bater no ceguinho”, vou-lhe explicar porquê. Vou terminar. Só para dizer que entre o sarcasmo e a vitimização, não sei qual é a que pondera mais aqui nesta Assembleia.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Começando aqui pela intervenção do Dr. Filipe Barbosa. Eu diria que o conheço mal, conheço basicamente aqui das intervenções que faz ou que tem feito ao longo dos tempos nesta Assembleia. E confesso que lhe reconheço valor e por isso não vou ficar minimamente melindrado com o que disse, porque admito que não seja fácil ser oposição em Lousada. O que é que se há de dizer perante estas evidências? Eu isso, acabo por achar normal, em política tem que se dizer alguma coisa e por isso percebo perfeitamente. Eu acho que a intervenção que fiz e a declaração de voto que apresentei na reunião de Câmara que é perfeitamente esclarecedora. Há aqui dados que são irrefutáveis, e desculpem voltar a repetir, mas a importância da situação assim o reclama. Este concelho, esta Câmara Municipal com a alteração que houve na tributação do património quando acabou a contribuição autárquica e veio o IMI foi muito, muito prejudicada. Nós de um ano para o outro perdemos uma receita brutal, precisamos de andar nove anos para recuperar a receita que tínhamos quando foi lançado o IMI e isso totaliza três virgula cinquenta e nove milhões de euros, muito dinheiro. É evidente e nunca escondemos que tínhamos a noção que com esta avaliação geral que o Estado determinou para todos os prédios, ia aumentar substancialmente a base de tributação, porque todos os prédios, aqueles que ainda não tinham sido avaliados iam ter valores superiores e portanto a médio/longo prazo a receita iria subir. Mas saberão também que o governo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

para evitar mais choques fiscais nas famílias, determinou uma cláusula de salva guarda para que esses aumentos sejam graduais e por isso também o nosso aumento de receita não vai ser de um momento para o outro, vai ser gradual e está a ser gradual. E em função disso, à medida que a receita vai subindo nós temos vindo a baixar. É evidente que era muito mais simpático e muito mais agradável para mim e seguramente aqui para a nossa bancada do partido socialista, estar aqui hoje a apresentar uma descida para o mínimo legal de zero ponto três, mas infelizmente isso não é possível. E não é possível porque um dos meus compromissos para com a população foi que esta Câmara iria continuar a ter uma gestão responsável. E para isso acontecer, continuarmos a ter, por um lado, a nossa atividade, fazer face aos problemas dos lousadenses, por outro lado, termos recursos para resolver esses problemas, temos de ter meios. E aqui é que está o problema, é que nós perdemos muita receita e não foi só no IMI. Falou-se muito nos cortes brutais e sucessivos que o Estado tem feito a este município e aos outros seguramente, ainda há pouco referenciei e não sei se vocês fazem ideia de que valores são estes mas é muito fácil de comprovar se, se derem ao trabalho de consultar os últimos cinco orçamentos de Estado, mapa dezanove vem lá as transferências que são feitas para os municípios deste país, e vão chegar a uma conclusão: de dois mil e dez para dois mil e onze, esta Câmara perdeu oitocentos e noventa e oito mil euros de transferências do Estado, de um ano para o outro. Isto não é ataque nenhum ao governo PSD, porque no primeiro ainda foi com governo PS, todos sabem o que aconteceu, mas se querem ir por aí depois foi bem pior. Em dois mil e doze, um milhão trezentos e setenta e seis, em dois mil e treze um milhão trezentos e setenta e seis e em dois mil e catorze um milhão setecentos e vinte, isto totaliza tudo, comparando com aquilo que nós recebemos em dois mil e dez, cinco milhões trezentos e setenta e um mil euros. Isto dava para fazer protocolos por dez anos com as Juntas de Freguesia. Isto exige de todos os municípios um esforço tremendo e esta gestão com este enquadramento como devem compreender não é nada fácil. E por isso se deve esta metodologia de ir diminuindo gradualmente em função da receita que vai crescendo. Queria-vos dar nota ainda de outra dimensão que eu acho muito importante também, tenho referenciado sempre isso nas minhas intervenções, nas que tenho feito ao longo dos últimos anos sobre o IMI e que tem que ver com os coeficientes de localização. Para se apurar o valor a pagar de um prédio, aplicamos uma taxa mas aplicamos essa taxa que é definida aqui pelas Assembleias Municipais a um valor patrimonial que cada prédio tem. E esse valor é influenciado fortemente pelos coeficientes de localização, dependendo do local onde se situa esse prédio há um fator



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

que foi atribuído pelas finanças e que nós em dois mil e cinco, apercebemo-nos de que havia problemas porque aquilo foi feito tudo muito à pressa e deparamos que havia ali situações de injustiça que era necessário corrigir e propusemos em dois mil e cinco uma alteração dos coeficientes, baixando consideravelmente no território. E se derem ao trabalho, qualquer cidadão o pode fazer de andar no site das finanças, no portal das finanças, tem lá um local para simulações e se, se derem ao trabalho para andar na orla do concelho de Lousada, vão deparar-se com muitas situações em que do lado de Lousada o coeficiente de localização por exemplo, é zero ponto seis, e logo a seguir do outro lado da rua, por exemplo, coeficiente de localização de um. O que é que isso significa? Só para terem uma ideia num prédio médio, dei-me ao trabalho de fazer essa simulação, um terreno com quinhentos metros, com uma área de implantação de cento e cinquenta metros, uma casa não muito grande, com área dependente privativa de duzentos metros quadrados e dependente de cem metros quadrados, não contando com alguns coeficientes que aumentam, outros diminuem, a contribuição mas sem contar com esses coeficientes determinaria que esse prédio seria avaliado em Lousada em setenta e nove mil euros. Do outro lado da rua, no outro município que não vou referenciar qual, é uma questão de ver, não é só um, determinaria uma avaliação de cento e trinta e três mil euros imaginem a diferença abismal. Aplicando os zero trinta e cinco que estamos a aprovar aqui hoje, a essa base de setenta e nove mil euros, o munícipe de Lousada pagará de imposto duzentos e setenta e nove euros, se esse concelho do lado de lá tivesse a mesma taxa que nós iria pagar quatrocentos e setenta e cinco, mas mesmo que esse município tivesse a taxa mínima, menos do que nós, nos zero três, o munícipe do outro concelho iria pagar trezentos e noventa e nove euros, ou seja mais cento e dezanove euros ou seja mais quarenta e dois por cento de contribuição. Isto é um dado muito objetivo que demonstra bem a importância que teve esta medida na altura em dois mil e cinco. E para sermos sérios temos que comparar também esta realidade que é importante porque o que conta não é a taxa é o que cada um de nós depois paga ao longo do ano e por isso com toda a certeza posso afirmar que aqui em Lousada é um dos concelhos ou o concelho aqui da região que paga menos IMI ou que os munícipes pagam menos IMI.» -----

----- De seguida passou-se à votação da proposta número um do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, a aprovação da fixação da taxa de IMI para prédios urbanos, no ano de dois mil e quinze, de zero vírgula trinta e cinco por cento, conforme



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

estabelece o nº 5 e a alínea c), do nº 1 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis” -----

----- A proposta número um foi aprovada por dezoito votos a favor e dezassete contra dos seguintes membros: Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição de António Carlos da Cunha Pacheco, Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Ricardo Jorge Oliveira em substituição de Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, Fátima Marisa da Silva Pereira, João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Cidália de Lurdes Pereira Neto, António Filipe Cardoso Barbosa, Virginia Luzia Monteiro em substituição de José Manuel Gonçalves, Ana Sofia Martins Bessa, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Alberto Carlos Bessa de Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, João Fernando Pinto Magalhães em representação de António Maximiano Dias Nunes Teixeira, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão), Marina Daniela da Mota Santos em representação de José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais e Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga. -----

----- Com declaração de voto do membro António Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: “Obviamente votamos contra porque em coerência com aquilo que anteriormente já afirmamos e em coerência com aquilo que foi a nossa proposta, durante a campanha eleitoral, consideramos que neste momento, como todos consideram, que é um momento difícil para vida dos lousadenses, não é a mais favorável para o concelho, para os munícipes. E, parece que magicamente será em dois mil e dezassete esse momento mais favorável para baixar para o zero três. E gostava também de salientar nesta declaração de voto que começa-se a demonstrar no discurso do presidente que, enquanto a nossa bancada é um complexo de calimero, de vitimização, que do executivo e desta bancada há um complexo do maior entre os maiores.” -----

----- TERCEIRO PONTO- Fixação da taxa de participação variável no IRS do Município de Lousada -----

----- Intervenção do Sr. António Filipe Barbosa do Grupo Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

“Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Isto é mais do mesmo. Eu gostava de dizer algumas coisas sobre este assunto. Primeiro que ao longo deste mandato e no final já do mandato anterior diabolizam aqui o governo, é recorrente neste púlpito diabolizarem a ação do governo e a verdade é que muitas vezes nos esquecemos o que é que se passou anteriormente e daquela bancada sempre foi, primeiro interesse discutir os assuntos do concelho, discutir prioritariamente aquilo que interessa aos munícipes e é importante que isto se saliente. Mas já que tomam esta questão da diabolização do governo que aumenta impostos, que aumenta o desemprego, que esmaga as famílias, ora aqui está mais uma oportunidade para, o numero de famílias, porque falam de isenções e pessoas que não pagam IMI que não pagam IRS, neste momento as pessoas que estão isentas não são os pobres, são os miseráveis. E as famílias que precisam de ser ajudadas que precisam que contribuam para o aumento do seu orçamento familiar, são aquelas que mais pagam e que mais são esmagadas como vocês dizem, vocês neste momento, uma vez mais como naquilo que foi votado anteriormente, recusam-se terminantemente a abdicar de uma receita para o município que terá custo obviamente, mas que terá proveitos noutros sentidos, em termos de orçamento para as famílias. Não querem, é uma opção, estão no direito de a assumir, mas tem de ficar claro que não querem, é desejo não abdicar desta receita. A nossa opinião é diferente, já o manifestamos, os vereadores da coligação já o manifestaram na reunião de Câmara, as razões estão expostas em ata, esta é a nossa posição e posso fazer uma declaração de voto no fim, obviamente votaremos contra.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Antes de mais e previamente só dizer uma coisa, na minha opinião e esta é a minha opinião pessoal, é meu desejo que a taxa seja de quatro por cento antes que seja uma imposição para o nosso município ter uma taxa superior.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor Filipe Barbosa isto não é mais do mesmo. A taxa do IMI ainda poderia ser mais do mesmo, mas vocês durante a campanha eleitoral não se renunciaram sobre a taxa do IRS, julgo eu. Que baixavam, na campanha eleitoral, vocês nem sabiam o que era isso. Ouvimos repetidamente nesta Assembleia pela voz de vários deputados da oposição corroborando o que era dito pelos senhores vereadores da oposição nas reuniões camarárias do estado de falência a que este município estava a chegar, principalmente quando a discursão aqui versava sobre o orçamento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ou a prestação de contas. Ele era vinte e tal milhões de dívida, as receitas mal davam para pagar aos funcionários, a banca rota vinha aí porque não se podia amortizar dívida não pagar juros, etc.. Eu já disse aqui que o nosso presidente Dr. Pedro Machado parece ter o poder da multiplicação, houve na altura risota nesta Assembleia, mas reparem se tenho ou não razão, cito o senhor vereador Dr. Leonel Vieira: “ao município de Lousada é perfeitamente possível baixar a taxa de IRS para dois e meio por cento”. Em tão pouco tempo passamos dos oito para o oitenta, lá está o poder da multiplicação. Todos leram a declaração sobre este ponto da agenda do senhor presidente da Câmara com que concordamos, motivo pelo qual vamos votar a taxa de IRS favoravelmente que se situa nos quatro por cento.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Como é óbvio seria completamente leviano propor outra alternativa que não fosse esta, tendo em conta aquilo que são as receitas do município e tendo em conta tudo aquilo que foi dito. Seria uma clara irresponsabilidade quer política, quer em termos de competência no município, baixar tão drasticamente aquilo que são as receitas que vêm do IRS para o município. E só não vê quem não quer.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Eu queria começar por dar nota ao Dr. Filipe Barbosa que independentemente de ser recorrente ou não diabolizar o governo, queria que tivesse a certeza de uma coisa, estou cá já no meu terceiro mandato, já estive do lado do governo do partido socialista e tantas e tantas vezes que a bancada do partido socialista tomou aqui posições até bem duras contra o governo e que não ficaram por aqui, depois foram encaminhadas para os grupos parlamentares e para o próprio governo. E por isso pode ficar descansado, eu espero que seja dentro em breve que tenhamos essa oportunidade de voltar a fazer o mesmo, tomar aqui posições, se for o caso disso contra o governo, o próximo governo da República Portuguesa. Seguramente que isso vai acontecer porque quer a Câmara Municipal quer o partido socialista em Lousada defendem sobretudo os interesses do nosso concelho. Eu sempre o disse nunca me interessei por ter uma carreira política, nunca andei de bicos de pés para entrar na política, estou aqui porque acredito e gosto deste concelho e propus-me a eleições e fui eleito para defender este concelho, não foi para defender governo nenhum, não foi para defender partido nenhum. E por isso seguramente que da minha parte pode e deve ficar essa garantia de que se for preciso tomar medidas e posições contra qualquer governo qualquer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

partido que seja é isso que vai acontecer. Depois queria-lhe dizer que todos nós sabemos que as coisas não são assim tão simples conforme ali foi dizer. Não é uma questão de querer abdicar da receita ou não querer. Por essa lógica parece também que o governo da nação está a castigar os portugueses porque quer, porque é mau. Sabemos todos que a questão não é essa, a questão é que é necessário de facto ter recursos para fazer face às necessidades. Eu há bocadinho dei-vos nota de um valor que é assustador com esses cortes significativos, superiores a cinco milhões de euros. E por outro lado queria-vos dar nota de uma contradição que vocês acabam por ter nestes dois assuntos é que neste defendem a redução para metade. Porquê metade, porque não zero? Porque não defendem também a redução de metade no IMI, o mínimo é zero ponto três o máximo é zero ponto cinco seria zero ponto quatro metade também. A questão não é essa não é assim tão simples como sabemos todos. Quem me dera a mim que no futuro haja condições para baixar esta participação no IRS, mas infelizmente conforme vos disse na minha intervenção inicial, vivemos momentos muito difíceis de muita incerteza, sempre com mais imprevistos, coisas que não nos passavam pela cabeça, por exemplo aquela questão do FAM. Infelizmente neste momento só podemos abdicar de um por cento e já estamos aqui a fazer uma redução e é bom que se diga, não sei exatamente que falácia era essa que estava a referir relativamente a notícias que foram veiculadas, mas o certo é que nós estamos aqui a fazer uma redução, porque se não tomássemos esta decisão eram os cinco por cento, como é na esmagadora maioria dos municípios deste país. Aliás vou-lhe dar nota, eu fi-lo na reunião de Câmara, na minha declaração de voto se consultar o dito mapa dezanove do orçamento de estado está lá discriminado para além das receitas do FF e do fundo social municipal as receitas também a que cada município tem direito, os tais cinco por cento do IRS que é cobrado em cada concelho e aparece também lá a percentagem que cada município vai fixando dentro do zero e aos cinco por cento. E no distrito do Porto ninguém tem uma taxa inferior à nossa, a maioria situa-se no máximo os cinco por cento, e apenas Gondomar, Lousada, Matosinhos, Paredes e Póvoa é que têm quatro por cento. Não é uma questão de querer abdicar ou não querer abdicar, é uma questão de não podermos ir mais além porque, volto a dizer o que disse a propósito do IMI, salvo erro “sem ovos não se fazem omeletes”.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número dois do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação de fixar, para os rendimentos do ano de dois mil e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

quinze, uma participação variável de quatro por cento no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município de Lousada, em conformidade com o art.º 26º da Lei nº 73/2013 de 03 de setembro, coadjuvado com a alínea c) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro” -----

----- A proposta número dois foi aprovada por dezoito votos a favor e dezassete contra dos seguintes membros: Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição de António Carlos da Cunha Pacheco, Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Ricardo Jorge Oliveira em substituição de Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, Fátima Marisa da Silva Pereira, João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Cidália de Lurdes Pereira Neto, António Filipe Cardoso Barbosa, Virginia Luzia Monteiro em substituição de José Manuel Gonçalves, Ana Sofia Martins Bessa, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Alberto Carlos Bessa de Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, João Fernando Pinto Magalhães em representação de António Maximiano Dias Nunes Teixeira, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão), Marina Daniela da Mota Santos em representação de José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais e Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga.-----

----- QUARTO PONTO- Segunda revisão ao orçamento da despesa e segunda revisão ao Plano Plurianual de Investimentos -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número três do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da segunda revisão ao orçamento da despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos nos termos da alínea a) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro” -----

----- A proposta número três foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. -----

----- QUINTO PONTO- Abertura do procedimento concursal – Dirigente Intermédio de 2º Grau – Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número quatro do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a designação do júri do procedimento concursal para recrutamento de um dirigente intermédio de segundo grau, seja composto pelos seguintes membros: Presidente: Dr.^a Isabel Maria Alves Coelho, Diretora do Departamento de Administração e Finanças; 1º Vogal: José Carlos Sousa Nogueira, Diretor do Departamento de Obras Municipais; e 2º Vogal: docente de reconhecida competência na área funcional respetiva, designado por estabelecimento de ensino superior público (Faculdade de Arquitetura – Universidade do Porto), a designar, em cumprimento do art.º 13º da Lei nº 49/2012 de 22 de dezembro” -----

----- A proposta número quatro foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. -----

----- SEXTO PONTO- Autorização para assunção de compromissos plurianuais - Prestação de serviços da manutenção e equipamento – AVAC – Edifícios Municipais -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número cinco do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a autorização prévia da repartição de encargos financeiros por quatro anos económicos, de acordo com os seguintes valores: dois mil e catorze – 3.740,00 (três mil setecentos e quarenta euros); dois mil e quinze e dois mil e dezasseis – 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos euros), em cada ano – dois mil e dezassete, valor correspondente a dez meses 18.750,00 (dezoito mil setecentos e cinquenta euros) valores acrescidos de IVA, referente à prestação de serviços de manutenção de equipamentos AVAC – edifícios municipais, em cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012” -----

----- A proposta número cinco foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. -----

----- SÉTIMO PONTO- Autorização para assunção de compromissos plurianuais – Caminhos do Românico -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número seis do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a autorização prévia da repartição de encargos financeiros por dois anos económicos, de acordo com os seguintes valores: dois mil e catorze – 40.000,00 (quarenta mil euros); dois mil e quinze – 109.900,00 (cento e nove mil e novecentos euros), valores acrescidos de IVA, referente ao projeto de implementação dos Caminhos do Românico, em cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012” -----

----- A proposta número seis foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. -----

----- OITAVO PONTO - Autorização para assunção de compromissos plurianuais – Fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º ciclo ---

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número sete do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a autorização prévia da repartição de encargos financeiros por dois anos económicos, de acordo com os seguintes valores: dois mil e catorze – 9.000,00 (nove mil euros); dois mil e quinze – 13.500,00 (treze mil e quinhentos euros), referente ao fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º ciclo, do Agrupamento de Escolas de Lousada Norte para o ano letivo de 2014/2015, em cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012” -----

----- A proposta número sete foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. -----

----- NONO PONTO - Autorização para assunção de compromissos plurianuais – atividades de enriquecimento curricular -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número oito do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a autorização prévia da repartição de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

encargos financeiros por dois anos económicos, de acordo com os seguintes valores: dois mil e catorze – 16.222,50 (dezasseis mil duzentos e vinte e dois euros e cinquenta cêntimos) referentes ao ensino da música e 55.848,59 (cinquenta e cinco mil oitocentos e quarenta e oito euros e cinquenta nove cêntimos) referente ao ensino de inglês e atividade física desportiva; dois mil e quinze – 39.655,00 (trinta e nove mil seiscentos e cinquenta e cinco euros), referentes ao ensino da música e 124.672,11 (cento e vinte e quatro mil seiscentos e setenta e dois euros e onze cêntimos) referente ao ensino de inglês e atividade física desportiva, atividades tidas na aquisição de serviço de desenvolvimento das atividades de enriquecimento curricular para o ano letivo de 2014/2015, em cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012, bem como a ratificação da deliberação tomada pelo órgão executivo no dia 01/09/2014, conforme estabelece o n.º 3 do art.º 137º do Código do Procedimento Administrativo” -----

----- A proposta número oito foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. -----

----- DÉCIMO PONTO- Autorização para assunção de compromissos plurianuais – Recuperação e restauro da Capela do Senhor do Padrão – Barrosas Santo Estevão -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número nove do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a autorização prévia da repartição de encargos financeiros por dois anos económicos, de acordo com os seguintes valores: dois mil e catorze – 30.000,00 (trinta mil euros); dois mil e quinze – 30.000,00 (trinta mil euros), referente à recuperação e restauro da Capela do Senhor do Padrão em Barrosas (Santo Estevão), em cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012” -----

----- A proposta número nove foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos.-----

----- DÉCIMO PRIMEIRO- Autorização para assunção de compromissos plurianuais – Prestação de serviços de auditoria externa e certificação de contas -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número dez do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a autorização prévia da repartição de encargos financeiros por quatro anos económicos, 2014 a 2017, sendo o valor a repartir em cada ano económico de 13.284,00 (treze mil duzentos e oitenta e quatro euros) referente à prestação de serviços de auditoria externa e certificação de contas, em cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012” -----

----- A proposta número dez foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. -----

----- DÉCIMO SEGUNDO- Segunda revisão ao orçamento da receita e terceira ao orçamento da despesa -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número onze do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da segunda revisão ao orçamento da receita e a terceira ao orçamento da despesa, nos termos da alínea a) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro” -----

----- A proposta número onze foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos -----

----- DÉCIMO TERCEIRO - Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para: -----

- a) Comissão de Acompanhamento dos Aterros de Lustosa;-----
- b) Comissão de acompanhamento das Geminações; -----
- c) Comissão de Acompanhamento da Habitação Social. -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação, por escrutínio secreto, da proposta número doze do seguinte teor: “Os membros com assento na Assembleia Municipal de Lousada propõem para representante: a) Comissão de Acompanhamento dos aterros de Lustosa: Armando Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia Lustosa e Barrosas Santo Estevão, Sandra Maria Leonor Pereira da Silva e Adrião Paulo de Sousa Mendes,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

presidente da Junta de Freguesia Sousela; b) Comissão de Acompanhamento das Geminações: Fátima Marisa da Silva Pereira, Eduardo Augusto Vilar Barbosa presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem e José Bernardino Pinto Nogueira; c) Comissão de acompanhamento da Habitação Social: Cidália Lurdes Pereira Neto, João Pedro Pacheco Bessa Leite de Carvalho e António Esteves.”-----

----- A proposta número doze a) foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos.-----

----- A proposta número doze b) foi aprovada por trinta e quatro votos a favor e um contra; -----

----- A proposta número doze c) foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos.-----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Não houve intervenção do público -----

----- Faltou à sessão o seguinte membro: -----

----- Manuel Campos Sousa Neto -----

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da ata minutada que fica apensa a esta ata e que foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: Alberto Carlos Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira -----

----- Eram vinte e três horas e trinta minutos quando foi dada por encerrada a sessão. -----

A MESA

